



REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

- 1) O Orçamento do Estado para 2016 estipula que a taxa de IVA aplicável ao sector da restauração seja reduzida para 13% a partir do dia 1 de Julho de 2016;
- 2) Contudo essa redução exclui bebidas alcoólicas, refrigerantes, sumos, néctares e águas gaseificadas ou adicionadas de gás carbónico;
- 3) Sucede que várias bebidas que são excluídas desta descida da taxa do IVA são produtos portugueses.
- 4) É o caso, por exemplo, da “Água Castello” fundada em 1899, uma das marcas portuguesas mais antigas de engarrafamento e de distribuição de água mineral.
- 5) Nesse sentido, a Câmara Municipal de Moura considerou – numa tomada de posição – que esta medida é “injusta, discriminatória e incompreensível” e que irá prejudicar “seriamente os interesses de uma empresa que desenvolve atividade no concelho de Moura”

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alíneas d) e e) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º, n.º 3 do Regimento da Assembleia da República, que fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Ministro das Finanças, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, resposta às seguintes perguntas:

- 1) Conhece a tomada de posição da Câmara Municipal de Moura intitulada “IVA nas águas gaseificadas” datada de 4 de Março de 2016?
- 2) Qual a explicação para que certos e determinados produtos venham a ser excluídos da redução do IVA da restauração que irá ocorrer a 1 de Julho?
- 3) Qual a explicação para que as águas gaseificadas não venham a ser alvo desta redução, ao contrário do que vai suceder com as águas não gaseificadas?
- 4) Considera que reduzir o IVA apenas para certos e determinados produtos no sector da restauração, poderá ser discriminatório?
- 5) Considera que reduzir o IVA apenas para certos e determinados produtos no sector da restauração, poderá penalizar o consumo de produtos portugueses, como é o caso da “Água Castello”?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 4 de Maio de 2016

Deputado(a)s

PATRÍCIA FONSECA(CDS-PP)

JOÃO PINHO DE ALMEIDA(CDS-PP)

ANA RITA BESSA(CDS-PP)